durante 15 anos contados a partir da data de celebração da escritura de compra e venda.

2 — A preferência será exercida com base nos seguintes valores:

- a) Terreno — ao preço da respectiva aquisição;
- b) Construção — ao preço que resultar da avaliação a efectuar por recurso a arbitragem.

3 — A comissão arbitral é constituída por três peritos, sendo um nomeado por cada uma das partes, o 3.º elemento é o perito avaliador do Serviço de Finanças de Ferreira do Zêzere.

Artigo 9.º

1 — As propostas para aquisição de lotes de terreno devem ser acompanhadas de um depósito caução na importância de 5 % do valor do respectivo terreno, a efectuar na Tesouraria da Câmara Municipal, o qual serve de sinal e início de pagamento.

2 — Se a escritura de compra e venda não for celebrada no prazo de 30 dias, a contar da data da notificação da atribuição, por razões imputáveis ao adjudicatário, o depósito caução reverterá a favor do Município.

3 — Se não for celebrada a escritura de compra e venda, por motivos não imputáveis ao concorrente, o depósito caução será devolvido integralmente.

CAPÍTULO II

Venda de lotes de terreno para fins não industriais

Artigo 10.º

1 — A venda de lotes para fins comerciais e de serviços só é possível desde que sejam criados postos de trabalho. O preço base por metro quadrado é de € 15, bonificado em € 2 por cada posto de trabalho criado, no máximo de 5 postos de trabalho.

2 — O preço por metro quadrado para a transferência de actividades já licenciadas e a funcionar no concelho de Ferreira do Zêzere é o fixado no artigo 4.º

3 — O preço base para a instalação de armazéns é de € 50 por metro quadrado.

CAPÍTULO III

Obrigações dos compradores

Artigo 11.º

Os compradores dos terrenos da Zona Industrial comprometem-se a respeitar as seguintes condições:

- a) Apresentar o projecto de construção (arquitetura e todas as especialidades) das instalações propostas, no prazo de 120 dias, a contar da data da celebração da escritura de compra e venda do terreno;
- b) Concluir as obras da construção proposta no prazo de um ano, a contar da data da aprovação do projecto;
- c) Cumprir o regulamento de construção do projecto de loteamento aprovado pela Câmara Municipal;
- d) Implantar actividade que não exceda o grau de poluição admissível para a área do Município de Ferreira do Zêzere, incorporando os necessários componentes despoluidores, quando lhes forem exigidos.

Artigo 12.º

1 — O incumprimento das normas e prazos estabelecidos no presente regulamento, salvo motivo de força maior, devidamente justificado e aceite pela Câmara Municipal, determinará a reversão do terreno e todas as benfeitorias nele introduzidas para o Município, sem direito a qualquer indemnização.

2 — A reversão opera-se por decisão da Câmara Municipal, sendo competente para a respectiva declaração do Tribunal Judicial da Comarca de Ferreira do Zêzere.

Artigo 13.º

Os encargos inerentes à escritura de compra e venda dos terrenos e os respectivos registos são da responsabilidade do comprador.

Aviso n.º 1613/2006 — AP

Contrato administrativo de provimento

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 26 de Maio de 2006, foi celebrado contrato administrativo de provimento, por urgente conveniência de serviço, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2006, por um ano, podendo

ser prorrogado até ao limite e nos termos das disposições legais, para técnico superior estagiário da área de arquitectura, ao abrigo do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho, e da alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com Elsa Isabel Gonçalves Pires de Azevedo Cardoso, candidata aprovada e classificada em 1.º lugar no concurso externo de ingresso para um lugar de técnico superior de 2.ª classe, estagiário, da área de arquitectura, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 143, de 27 de Julho de 2005. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

1 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Luís Ribeiro Pereira*.

CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Rectificação n.º 172/2006 — AP

Para os devidos efeitos rectifica-se o edital n.º 255/2006 (2.ª série) — AP, publicado no apêndice n.º 49 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de Maio de 2006, p. 13. Assim, onde se lê «artigo 53.º, alínea h), do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, na redacção da Lei n.º 18/91, de 12 de Junho» deve ler-se «artigo 68.º, n.º 1, alínea v), do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro».

1 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Rui Manuel de Almeida e Silva*.

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA

Regulamento n.º 17/2006 — AP

Regulamento de funcionamento e utilização do pavilhão gimnodesportivo e ginásios do Complexo Desportivo Municipal José Afonso

Projecto

Nota justificativa

Nos termos do artigo 116.º do Código do Procedimento Administrativo, as instalações desportivas de base formativas são fundamentais no processo de generalização da prática desportiva e na qualidade dos resultados desportivos alcançados. A variedade e a qualidade destas instalações, não só no que se refere às condições de prática desportiva, mas também das instalações de apoio, representam um dos principais factores responsáveis pelo sucesso dos índices de utilização por parte da população.

Uma instalação desportiva municipal deverá apresentar características técnicas e modelos de gestão que permitam o desenvolvimento desportivo fundamentalmente nas vertentes de competição, aprendizagem, manutenção, recreação e terapia.

O presente regulamento visa disciplinar o funcionamento e a utilização do pavilhão e ginásios do Complexo Desportivo Municipal José Afonso, no sentido de uma maior eficiência e eficácia na gestão e no cumprimento das novas exigências legais, bem como numa maior resposta às necessidades da sociedade actual.

Assim, no uso da competência prevista pelos artigos 112.º e 241.º da Constituição da República Portuguesa e conferida pelo artigo 53.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em cumprimento do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 385/99, de 28 de Setembro, propõe-se a aprovação, em projecto, do regulamento de funcionamento e utilização do pavilhão gimnodesportivo e ginásios do Complexo Desportivo Municipal José Afonso, bem como a sua publicação para apreciação pública e recolha de sugestões, nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, que decerto irão surgir e contribuir para o seu enriquecimento e aperfeiçoamento.

Preâmbulo

As instalações desportivas de base formativas são fundamentais no processo de generalização da prática desportiva e na qualidade dos resultados desportivos alcançados. A variedade e a qualidade destas instalações, não só no que se refere às condições de prática desportiva, mas também das instalações de apoio, representam um dos principais factores responsáveis pelo sucesso dos índices de utilização por parte da população.